

Filho, José Sobreiro. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP. *GeoGraphos*. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 6 de enero de 2015, vol. 6, nº 73, p. 1-29. [ISSN: 2173-1276] [DL: A 371-2013] [DOI: 10.14198/GEOGRA2015.6.73].



<http://web.ua.es/revista-geographos-giecryal>

Vol. 6. Nº 73

Año 2015

MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS, SOCIOTERRITORIAIS, MANIFESTAÇÕES E AS REDES SOCIAIS: DAS MANIFESTAÇÕES INTERNACIONAIS AO MOVIMENTO PASSE LIVRE-SP

José Sobreiro Filho
Doctorando em Geografia
Departamento de Geografia. Universidade Estadual Paulista-UNESP (Presidente
Prudente, São Paulo, Brasil)
Correo electrónico: sobreirounesp@gmail.com

Recibido: 4 de enero de 2014. Devuelto para revisión: 29 de enero de 2014.
Aceptado: 6 de enero de 2015

RESUMO

Neste trabalho apresentamos uma leitura sobre uso das redes sociais pelos movimentos socioespaciais que mais se destacaram no mundo nos últimos anos. Tendo suas bases nos marcos conceituais de movimentos socioespacial, movimentos socioterritorial, Rede e Redes Sociais, tentamos avançar na leitura geográfica sobre as manifestações recentes focando especialmente no caso do MPL – Movimento Passe Livre de São Paulo. Analisar e comparar estes movimentos e suas manifestações nos permitiu identificar a conexão entre a difusão de informações nas redes sociais e a materialização das manifestações no espaço público. Destaca-se que o uso destas tem acarretado em uma nova dinâmica não só na difusão de manifestação, mas também na realização de

trabalho de base, caracterizando-se como um importante espaço de socialização política da atualidade.

Palavras-chave: Movimentos socioespaciais, Movimentos socioterritoriais, Redes, *Facebook*, Redes sociais.

MOVIMIENTOS SOCIO-ESPACIALES, SOCIO-TERRITORIALES, MANIFESTACIONES Y LAS REDES SOCIALES: DE LAS MANIFESTACIONES INTERNACIONALES HASTA EL MOVIMIENTO PASSE LIVRE-SP

RESUMEN

En este trabajo, presentamos una lectura sobre el uso de las redes sociales por los movimientos socio-espaciales que se destacaron en el mundo en los últimos años. Tomando sus bases en los marcos conceptuales de movimientos socio-territoriales, los movimientos socio-territorial, Redes y Redes sociales, avanzamos en la lectura geográfica de las recientes manifestaciones que se centran sobre todo en el caso del MPL - Movimento Passe Livre - São Paulo. Analizar y comparar estos movimientos y sus manifestaciones nos permitió identificar la conexión entre la difusión de la información en las redes sociales y la materialización de las manifestaciones en el espacio público. Es de destacar que el uso de estos ha llevado a una nueva dinámica, no sólo en la difusión de la manifestación, sino también en la realización de trabajo de base, que se caracteriza como un área importante de la socialización política en la actualidad.

Palavras-clave: Movimientos sócio-espaciales, Movimientos socioterritoriais, Redes, *Facebook*, Redes sociais.

SOCIO-SPATIAL MOVEMENT, SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENT, MANIFESTATION AND SOCIAL NETWORKS: FROM INTERNATIONAL MANIFESTATION TO MOVIMENTO PASSE LIVRE-SP

ABSTRACT

In this article, we present a lecture on the use of social networks by socio-spatial movements that attracted the most attention in the world in recent years. With their bases in the conceptual frameworks of socio-spatial movements, socio-territorial movements, Network's and Social Network's, we try to advance the geographical contribution on the lecture of the recent manifestations with especially highlights in the case of MPL - Movimento Passe Livre - São Paulo. Analyze and compare these movements and their manifestations allowed us to identify the connection between the dynamics of information's in social networks and the materialization of the manifestations in the public space. It is highlighted that the use of these has led to a new dynamic not only in the dissemination of information, but also in performing work of political consciousness, characterized as an important area of political socialization today.

Keywords: Socio-spatial movement, Socio-territorial movement, Network, Facebook, Social Network.

INTRODUÇÃO

Este trabalho compreende o processo constante de construção da categoria Movimentos Socioespaciais do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas Projetos de Reforma Agrária da Faculdade de Ciência e tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - *Campus* de Presidente Prudente. Deste modo, tentamos aqui dar uma contribuição para pensarmos as atuações dos movimentos socioespaciais e as manifestações em evidência em escala mundial que estiveram relacionadas às redes sociais *online*. Contudo, somamos também às discussões sobre os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial e trazemos para o âmbito das análises o conceito de redes aplicando a análise de redes sociais *online*.

Nosso ponto de partida é o marco teórico da construção dos conceitos Movimento Socioespacial e Movimento Socioterritorial. Assim, na primeira parte realizamos uma leitura sobre ambos os conceitos destacando os respectivos potenciais analíticos de cada um destes e também os diferenciando. O conceito de Rede e nossa compreensão sobre Redes Sociais também compreende esta primeira parte, pois é com base nestas matrizes teóricas que avançaremos na leitura dos movimentos em redes e nas redes. Na segunda parte apresentamos uma leitura geral sobre as últimas manifestações ocorridas e difundidas amplamente pelas redes sociais. Compreender as insurreições que antecederam as manifestações do MPL foi fundamental para entender o processo de evolução e espacialização da difusão, articulação e organização dos movimentos socioespaciais nas redes sociais e também analisar os seus desdobramentos espaciais, sobretudo, na ocupação de espaços públicos de diversos países. Por fim, na terceira parte, realizamos uma leitura sobre o MPL e as manifestações de Junho e Julho de 2013 no Brasil e apontamos a importância de se compreender as redes e especialmente as redes sociais *online* diante de um mundo globalizando, pois temos acompanhado um intenso processo de espacialização e incorporação de seus respectivos usos pelos movimentos socioespaciais da atualidade tanto para convocar manifestações quanto também para promover a difusão de informação na rede mundial de computadores.

OS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS, SOCIOTERRITORIAIS E REDES

Os movimentos são importantes sujeitos de transformação não só das relações sociais, mas também do espaço e, portanto, para compreendermos as recentes mudanças e conflitos no mesmo, faz-se de suma importância analisar um dos principais sujeitos transformadores. De acordo com Pedon (2009), a geografia já tem a algumas décadas pesquisado os movimentos sociais, contudo, conforme apontado por Sobreiro Filho (2013), são recentes os avanços na construção de conceitos que de fato estejam alinhados com as especificidades epistemológicas, sobretudo metodológicas da ciência geográfica, e que, portanto, nos permita ir além da análise da relação sujeito-sujeito/sujeito-sociedade para alcançar o patamar natural da geografia que focará na relação na relação sujeito-espaço.

No bojo desta perspectiva, se destaca a criação dos conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial. Esta construção é desdobramento direto de uma leitura cujo espaço é elemento fundante, ou seja, é o ponto de partida para a análise geográfica sobre os movimentos e justamente este ponto de partida torna-se o principal elemento na diferenciação do conceito de movimento social tão diverso e discutido pela Sociologia (Fernandes, 2005; Pedon, 2009; Sobreiro Filho, 2013). Contudo, além do espaço ser um elemento vital à leitura à estas construções conceituais, também destacam-se as especificidades epistemológicas tanto da ciência humana quanto da própria ciência geográfica tal como defende George (1969), Santos (2008) e Sobreiro Filho (2013).

Fernandes (1999, 2005), Martin (1997) e Pedon (2009) são as principais referenciais nestas construções conceituais. Os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial tem suas origens em Martin (1997), Fernandes (1999; 2005) e, mais tarde em Pedon (2009). Quanto aos objetivos destes conceitos destaca Fernandes:

"possibilitam compreender as ações dos movimentos socioespaciais e dos socioterritoriais, a partir dos espaços e dos territórios construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais. Enfatizando, é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência, o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais." (Fernandes, 2005, p. 31).

A *priori* quatro ponderações são fundamentais para se compreender ambas as proposições conceituais: 1-) as diferenças em relação ao conceito de movimento social da sociologia são, sobretudo, epistemológicas (Pedon, 2009); 2-) ambos os conceitos são construídos tendo o espaço como ponto de partida e, portanto, dimensão fundamental em sua formação; 3-) todo movimento socioterritorial é socioespacial, mas nem todo movimento socioespacial é socioterritorial; 4-) mais que trunfo, o território é essencial para um movimento socioterritorial. Contudo, visando, aprofundar ainda mais, detalhamos cada um dos conceitos e mostramos suas origens e relações conceituais.

Movimento socioespacial

O conceito movimento socioespacial, criado por Fernandes (1999, 2005), está diretamente relacionado ao conceito espaço e, portanto, faz-se muito amplo. Esta ligação deve-se ao fato de que os movimentos são produtores, construtores e transformadores diretos e indiretos do espaço material e imaterial. Tanto Lefebvre (1991) quanto Santos (2008) são importantes referências na construção do conceito de movimento socioespacial, sendo que a abordagem lefebvriana está ligada à concepção de ser o espaço social a materialização da existência humana e, portanto, casa-se diretamente com o fato de os movimentos socioespaciais estarem em ação produzindo e transformando espaços como parte de sua noção orgânica e a abordagem miltoniana à noção de totalidade. A noção de totalidade que destacamos na abordagem miltoniana está relacionada ao fato de que o conceito de movimento socioespacial transborda a esfera do espaço social e, portanto, se aproxima da concepção Santos tanto devido à composicionalidade quanto ao alteamento da noção de totalidade.

As marcas da extensão conceitual de espaço geográfico saltam-nos aos olhos ao considerá-lo de modo multiescalar a materialidade e a imaterialidade como partem de um processo constante, ou seja, o espaço pensado a partir da Geografia é aquele "criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações" (Fernandes, 2005). Tanto a noção de composicionalidade quanto a de totalidade é diretamente contemplada quando Santos (2008) define o espaço como "*formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá*" (p. 63). Pode-se dizer que esta concepção de espaço de Santos (2008) contempla de maneira clara as ações dos movimentos na produção e transformação do espaço de modo que, sobretudo como geógrafos, não podemos dissociar sujeito-espaço. Além disso, as contradições, as conexões e os conflitos também são elementos integrantes da totalidade, assim como temporalidade.

Antes de tudo, tão fundamental quanto compreender a composicionalidade do conceito de espaço e, portanto, de movimento socioespacial é também entender e identificar a intencionalidade de cada sujeito, pois esta é determinante tanto na produção e transformação do espaço quanto nas ações socioespaciais realizadas pelo mesmo. Entretanto, compreendemos, conforme apontamos em Sobreiro Filho (2013), que a intencionalidade também é produto de concepções ideológicas e pode se materializar no espaço através de ações políticas realizadas pelos movimentos socioespaciais. Cada grupo tem uma ou pode se identificar com determinada postura político-ideológica já existente e, portanto constrói e transforma o espaço de maneiras distintas. Vale destacar também que, conseqüentemente, estas ações, transformações e espaços criados são frações de um contexto global e estes espaços construídos e transformados a partir das diferentes posturas político-ideológicas de cada movimento diversifica ainda mais a tipologia de espaços e, portanto, relações expressas e criadas pelos mesmo.

Deste modo, assim como o espaço é diverso, os movimentos socioespaciais também o são e, sobretudo, por conta da constante e dialética relação sujeito-espaço. Esta diversidade nos remonta à noção destacada por Fernandes (2009) sobre a tipologia de territórios e por Sobreiro Filho (2013) sobre a tipologia de movimento socioterritoriais, mas que pode ser transposta à idéia de movimentos socioespaciais visto que há uma ampla diversidade de motivos e ações socioespaciais realizadas pelos movimentos. Esta tipologia está diretamente relacionada a ampla diversidade de motivos de luta e existência de movimentos, tais como: movimentos que lutam por questões identitárias; movimentos que lutam por direitos humanos; movimentos de questões de gênero; etc. Enfim, observa-se que há uma ampla diversidade de movimentos socioespaciais. Contudo, neste trabalho, analisaremos a emergência de alguns movimentos socioespaciais que se iniciaram com as questões de lutas democráticas, monopolização do capitalismo, reduções de tarifas de transporte, etc., que posteriormente se converteram em manifestações massivas em espaços públicos.

Movimento socioterritorial

O conceito de movimento socioterritorial coexiste com o conceito de movimento socioespacial, do mesmo modo que o conceito de território com o de espaço. Para entendermos essa relação, basta retomarmos a noção de que o espaço antecede a

existência do território, ou seja, de que é o ponto de partida. Assim, podemos afirmar que todo território é também espaço, mas a recíproca não é verdadeira, pois nem todo espaço é necessariamente um território. O mesmo vale quando temos os movimentos como objeto de análise, ou seja, todo movimento socioterritorial é também um movimento socioespacial, mas nem todo movimento socioespacial é um movimento socioterritorial. A interação com espaço e, portanto, a compreensão da relação sujeito-espaço é ponto comum em ambos os conceitos. Contudo, além de ter os mesmos elementos que um movimento socioespacial possui o movimento socioterritorial também agrega o território em sua essência, fato que o faz também muito complexo.

Assim, a principal diferença na definição de um movimento socioterritorial reside no fato de ser o território o elemento essencial para determinados movimentos. Segundo Fernandes (2005), o território é o trunfo, ou seja, a razão da existência de alguns movimentos:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (Fernandes, 2005, p. 31).

Contudo, para compreendermos de maneira ainda mais ampla, devemos também nos ater à concepção do conceito de território que influenciou na composição do conceito de movimento socioterritorial. Analisando Fernandes (1999, 2005), observaremos que a concepção do conceito de território, usado de maneira objetiva como espaço com relações de poder, tem suas bases no livro "Por uma Geografia do Poder" de Claude Raffestin (1993). A abordagem de Raffestin apresenta significativas contribuições para o entendimento das relações de poder. As expressões espaciais das relações de poder convertem-se no que denominamos território. Contudo, Fernandes (2005) soma também a noção da multidimensionalidade do território (social, cultural, econômica, ambiental e política), fato que complexifica ainda mais a nossa leitura sobre movimentos socioterritoriais, pois os mesmos, ao ter o território como elemento vital, também são multidimensionais, ou seja, compreendem e se relacionam de maneira direta esta diversidade de dimensões além de compreenderem uma tipologia de territórios.

Por fim, na construção do conceito de movimento socioterritorial, alguns processo também se destacam devido à sua importância. Dentre eles, os principais são

especialização, territorialização, desterritorialização e reterritorialização, conforme podemos observar em Fernandes:

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. (Fernandes, 2005, p. 31).

No que se refere aos movimentos socioterritoriais rurais, tem-se a luta pela terra como condição de acesso ao espaço da produção dos meios de existência, e a luta na terra como forma mais ampla de manutenção ou melhoramento dessas condições. Quando projetadas sobre o espaço, as ações intencionais o transformam em território, uma vez que ele passa a constituir espaço problematizado e disputado por diferentes grupos sociais. (Pedon, 2009, p. 190).

Redes

O conceito de Redes é de suma importância para este trabalho. Contudo, nosso principal cuidado ao pensar as redes é ir além de uma análise funcionalista sobre redes, ou seja, buscar entender sua mecânica, mas também seus processos, contradições e conflitos, materialidade e imaterialidade, diacronia e sincronia, etc. para que então possamos associar à nossa compreensão de redes sociais e redes sociais na internet.

Antes de definir conceitualmente Redes, Milton Santos (2008) chama atenção para sua origem, na química com Lavoisier, e também para a polissemia do vocábulo que corrobora ambiguidades e imprecisões. Tendo em vista tais cuidados e conhecimentos, o autor destaca que, dentre uma ampla gama de autores que trabalham com a temática e, portanto de definições, as mesmas se encaixam em duas grandes matrizes, sendo uma que considera a materialidade e outra que destaca o dado social. Assim, com base em Santos (2008), temos redes materiais, centradas em infra-estruturas para diversos tipos de transporte, e redes sociais e políticas, permeadas pela imaterialidade e abstração. Neste sentido, chamamos a atenção para o fato de que, assim como trabalharemos adiante, as redes constituem-se não só como produto da materialidade ou da imaterialidade ou se desdobrando em uma ou em outra, mas como parte de uma relação histórico-geográfica constante e indissociável, empregada de conflitualidades, intencionalidades, contradições, etc., assim como poderemos observar na articulação de movimentos socioterritoriais camponeses e na espacialização dos movimentos socioespaciais urbanos nas redes sociais na internet.

Destacamos que, ao remontarmos o conceito de espaço de Milton Santos, a conceituação de redes pode ser tomada como algo muito próximo, pois viabilizam as ações, podem articular objetos, além de terem lógicas ou serem consideradas sistemas por muitos. No bojo desta concepção conceitual, o caráter "*indissociável, solidário e também contraditório*" se aplica diretamente às redes e, portanto, as mesmas fazem-se de suma importância para entendermos o espaço geográfico hoje. Este amplo leque de

questões pode ser observado nos diferentes processos que Santos (2008) também chama atenção ao se pensar nas redes:

- As diferenças e multiplicidades técnicas que compõem, demandam, viabilizam e levam à construção de redes;
- Sincronismo e Assincronismo, cujos desdobramentos podemos observar no espaço geográfico;
- A importância vital das redes no processo de globalização (global-local), mas também na construção e reforço de diferentes contradições, tais como podemos observar em "Por uma outra globalização" de Milton Santos;
- Os tempos rápidos e os tempos lentos - velocidade dos fluxos (fluidez);
- Áreas no globo em que escapam da lógica reticular, ou seja, nem tudo é rede ou compreende a uma rede;
- Superposição de redes, "*que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçado de linhas*". (p. 268);
- A dialética das redes expressa na conflitualidade e na concorrência gerada pela globalização e, portanto, pelas redes cada vez mais globais e que dentre muitas formas de se materializar tem-se a "*guerra dos lugares*" (Santos, 2008, 268-9);
- O caráter multiescalar das redes na transversalidade das relações que alcançam o mundo, países e seus territórios e locais;
- A reestruturação dos espaços e a expressão das relações de poder, em diferentes escalas, que compõem estes processos.

Não muito diferente da concepção de redes de Santos (2008), Castells vai apontar que as redes "*constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura*." (Castells, 2001, p. 497). A importância dada por Castells (2001) às redes toma ainda maior significado ao pensarmos a atualidade das articulações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais e a utilização de redes sociais para a conscientização e socialização política, difusão de informações e organização de ações. Este caráter multidimensional das redes fica ainda mais evidente em Dias (2005):

A rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. As escalas não são dadas a priori, porque são construídas nos processos. Como os processos são conflituosos, as escalas são ao mesmo tempo objeto e arena de conflitos... (p. 22-3).

Neste sentido, tomando como referência as abordagens de Santos (2000, 2008), Dias (2005) e Castells (2001), observamos o potencial do conceito de redes para analisarmos a sociedade e buscarmos compreender e explicar não só sua organização social, mas também espacial. Tendo os movimentos socioespaciais e socioterritoriais como referência, devemos destacar que os mesmos tanto são redes sociais, como também se valem delas para combater e construir novas redes.

Outro ponto fundamental neste contexto é a definição de redes sociais. Sua lógica muito se aproxima da noção de redes até o momento apresentada, cabendo somente especial destaque para o seu caráter social. Wasserman & Faust (1994) destacam que uma rede social é constituída por atores e relações, e que assim são representados em nós, laços e fluxos. Esses nós e laços podem ocorrer entre indivíduos, grupos, organizações, etc. e serem passíveis de diferentes tipos de análise, tal como indivíduo-indivíduo, grupo-indivíduo, etc. (Katz, et al., 2004) e com diferentes características, tais como laços fracos ou fortes com diferentes potencialidades (Granovetter, 1973). Neste mesmo sentido, também há redes sociais na internet mediada por relações de interface tal como: *Facebook, Orkut, Twitter, Youtube, etc.*

O poder, tal como aponta Raffestin (1993), também é um importante elemento para se pensar e analisar as redes. Em seu livro “Por uma Geografia do Poder”, o autor traz uma importante contribuição para pensarmos e avaliarmos a “*estrutura tessituras-nós-redes... exteriorizada por um grupo*” (Raffestin, 1993, p. 151) na produção territorial. Pensar esta relação remonta diretamente aos processos gerados pela sociedade no território e, portanto, também no espaço e como as redes veiculam manifestações de poder. Neste sentido, aponta o autor, que as interações sob diferentes enfoques, conduzem a sistemas de malhas, nós e redes que constituem o território e cujos desdobramentos materializam-se em uma diferenciação tanto funcional quanto hierárquica e, conseqüentemente, tais elementos organizados e consubstanciados permitem e asseguram relações de poder:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. (Raffestin, 1993, p. 150-1).

A tessitura, os nós e as redes são elementos centrais nesta discussão e nos permitem compreender as práticas e lógicas espaciais em suas diversas faces:

Com as tessituras, os nós e as redes, temos três subconjuntos estruturais que sustentam a prática espacial. Conjuntos estruturais aparentemente multiformes mas que são, de fato, imagens possíveis de uma mesma estrutura de base. (Raffestin, 1993, p. 151).

Trazendo em voga a discussão sobre a utilização das redes sociais *online* pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais temos a arquitetura das mesmas, em seu amplo universo de elementos (sociais, culturais, etc.) e códigos que as conformam, associada e também compondo tanto a materialidade quanto a imaterialidade do espaço geográfico como os fatores que caracterizam sua tessitura e, portanto, conformam-na como um sistema sêmico que impinge desdobramentos nas múltiplas dimensões do espaço-território. Esta estrutura, associada à lógica contra-hegemônica destacada pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais emergentes e que atuam nas redes sociais *online* complexificam não só as relações de poder, mas também possibilitam uma maior compreensão sobre o espaço geográfico através de suas práticas *online* (leia-se também “Em Rede”), que cada vez mais demandam a redução e extinção do hiato entre o comportamento/relações face-a-face e de interface em nossas análises. Neste sentido, a abordagem de Raffestin em relação às características proteioforme e atuação de seus sujeitos/atores também tem significado se pensarmos e analisarmos a dinâmica das redes sociais e o seu atual crescimento no universo *online*:

A rede é proteioforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder. (Raffestin, 1993, p. 204).

A rede é por definição móvel, no quadro espaço-temporal. Ela depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede, ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados na rede nas redes. (Raffestin, 1993, p. 151).

Pensar e analisar estas dinâmicas movimentadas essencialmente pelos seus atores/sujeitos, considerando a simetria e assimetria destes na difusão de informações, também é fundamental para o processo constante de construção de uma luta contra-hegemônica em tempo real¹, apinhada de relações e conflitualidade, levada adiante pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Vale também destacar que tanto a efetivação das manifestações quanto a difusão das informações nas redes sociais *online* estão relacionadas também à “nodosidade, centralidade e marginalidade”² produzidas por determinados atores/sujeitos e que constituem-se como importantes processos que constroem, reconstroem e dinamizam as redes.

A discussão sobre território-rede também ocupa papel de destaque na compreensão da relação entre os movimentos socioespaciais, socioterritoriais e redes, sobretudo,

¹ O ideal do poder é agir em tempo real. Se a distância de circulação e a distância de comunicação tendessem para a igualdade, o poder não estaria longe de ser absoluto e toda tentativa totalitária encontraria ali um ponto de apoio para controlar o mundo. (RAFFESTIN, 1993, p. 201)

² Raffestin, 1993, p. 188.

trazendo para discussão a análise dos elementos relacionados às redes sociais *online*. Neste sentido Haesbaert (2010) destaca que o viver em redes e que nossos referenciais espaço-simbólicos estão embasados também em processos que são produtos da mobilidade consequente articulação em redes:

Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim, *territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento.* (Haesbaert, p. 279, 2010).

Denota-se que a leitura embasada na compreensão tanto do movimento dos fluxos e também o controle e inserção que alguns territórios podem exercer sobre as redes é fundamental para pensarmos as redes sociais *online* e os desdobramentos das ações constituídas e em construção dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais na internet.

Vale destacar que tão importante quanto compreender o que é uma rede e defini-la conceitualmente é também analisar as bases histórico-geográficas e relações que por elas passam e que determinam sua construção ou alteram sua composição e lógica. Por fim, compreendemos a necessidade de analisá-las porque cada vez mais a internet tem emergido como um importante espaço de criação e fortalecimento de redes e a informação como trunfo do poder (Raffestin, 1993).

MANIFESTAÇÕES E REDES SOCIAIS

Além das articulações realizadas pelos movimentos socioterritoriais camponeses, as constantes manifestações organizadas por movimentos socioespaciais nas cidades de diversos pontos no mundo têm chamado significativamente a atenção nos últimos cinco anos. A internet e, especialmente, as redes sociais online tem apresentado expressivo destaque nesse processo. Conforme noticiado nos jornais *TheNew York Times* e *Le Monde Diplomatique*, a organização de manifestações e a divulgação/circulação de informações realizadas nas manifestações na Espanha, Portugal, Islândia, Itália e Grécia, as revoltas que compuseram a primavera Árabe, *Occupy Wall Street* (Castells, 2012) e as manifestações realizadas em Junho e Julho de 2013 no Brasil (Maricato et al., 2013; Harvey et al., 2012), sobretudo, referentes à elevação da taxa de tarifa de ônibus têm em comum na sua organização e difusão de informações o uso de redes sociais tais como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*³(figura 1). Não muito distante, podemos

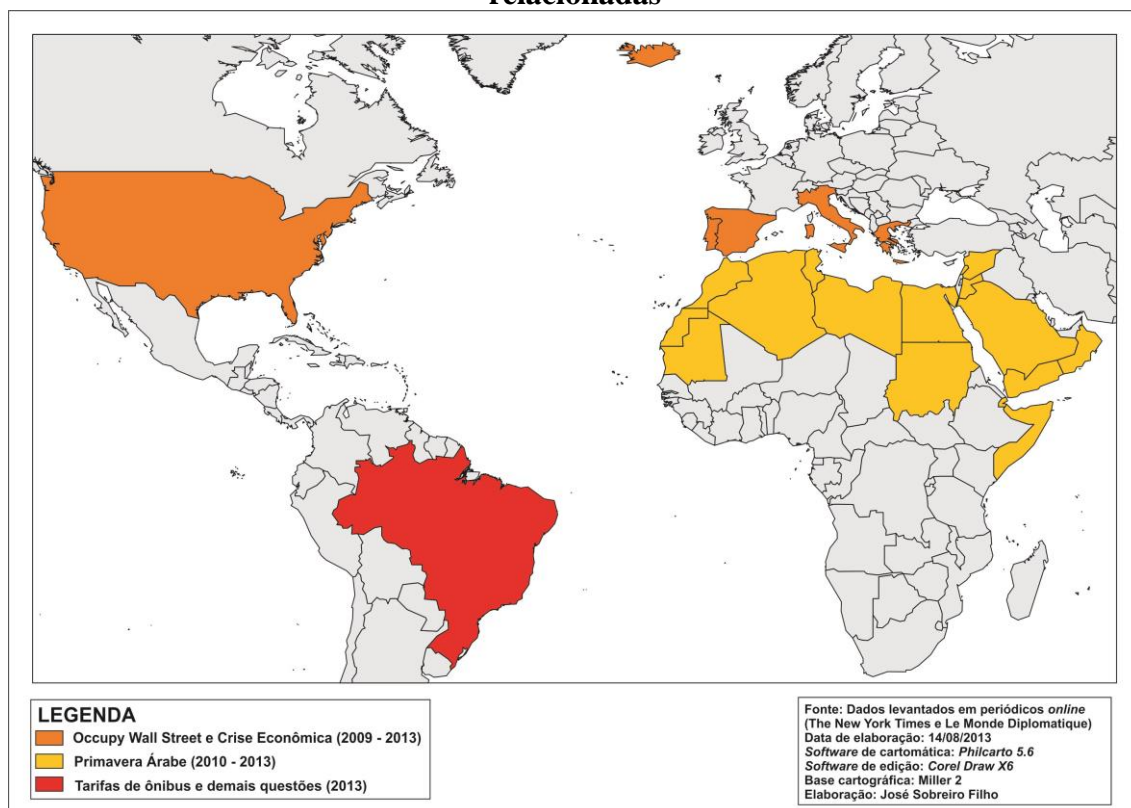
³ Brazil's Vinegar Uprising, The New York Times. June, 18, 2013. Protests Expand in Brazil, Fueled by Video of Police Brutality. The New York Times, June, 18, 2013. Tear Gas Fired Outside Stadium in Brazil, but Protest Still Spreads Inside, The New York Times, June, 19, 2013. Twitter ou o trunfo da plasticidade, Le monde diplomatique, 1, outubro de 2011., Revolução Egípcia com ou sem Twitter, 6 de fevereiro, 2012., são notícias que especificam o uso de facebook, youtube e Twitter.

observar a relação direta entre o uso das redes sociais e atuação dos novos movimentos que tem despontado recentemente, tal como destaca Alves:

A profunda crise do subprime de 2008 foi muito sentida pelos países norteafricanos, piorando os níveis de pobreza, e tendo como detonador a elevação do preço dos alimentos e outros produtos básicos. A multidão árabe, composta em sua maioria por jovens trabalhadores precários e desempregados, se mobilizaram por meio das redes sociais.(Alves, 2012, p. 31-2).

Assim como em inúmeros momentos da história, as crises estão diretamente relacionadas à própria dinâmica do capitalismo, e conseqüentemente os países mais pobres têm sido mais assolados pelos seus impactos. Neste sentido, conforme aponta o autor, as redes sociais têm sido uma importante ferramenta para arremontar a população, tanto para a organização, quanto também para a efetivação das manifestações, em diversos países, durante a Primavera Árabe e também nas manifestações que compuseram o amplo leque de ações do movimento *Occupy Wall Street* nos EUA - Estados Unidos da América.

Figura 1. Principais manifestações no mundo (2008-2013) - países e causas relacionadas



Fonte: Elaboração própria.

No bojo desta discussão temos o que podemos denominar como uma globalização diferenciada, ou seja, o uso das possibilidades da globalização para a realização de ações enfrentativas e a expressão deste uso fez-se no manejo das redes sociais online para promover ações cujos interesses pertencem aos de abaixo tal como afirma Alves:

Em todos os novos movimentos sociais, o papel das redes sociais, como o facebook e twitter, na organização das manifestações sociais de massa foi importante. Na verdade, “Occupy Wall Street”, o movimento dos indignados e o movimento “geração à rasca” são exemplos candentes da verdadeira globalização “dos de baixo” que se contrapõe hoje a globalização dos “de cima”. (Alves, 2012, p. 32).

Ainda sobre a temática da globalização "dos de baixo" como afirma Alves, faz-se também pertinente rememorar a leitura de Santos sobre as possibilidades de globalização existentes. Santos (2000) nos apresenta três ponderações sobre a globalização, que muito contribui para entendermos o discurso, a realidade e a possibilidade da globalização. Tida como parte da necessidade evolutiva do capitalismo, a globalização é apontada como fábula, como perversidade e como poderia ser. A primeira está embasada na construção arquitetada pelos aparelhos de comunicação com destaque para a padronização cultural e também do consumo, "acesso" ao global a partir do local, etc. A segunda destaca o mundo tal como é, ou seja, traz a tona as contradições produzidas pelo capitalismo e a terceira apresenta a idéia de uma outra globalização. Pensar esta contribuição de Santos (2000) sobre globalização é importante por nos apresentar a realidade falseada, a realidade em sua face mais perversa e o mundo de possibilidades. Neste sentido, identificamos alguns movimentos socioespaciais e socioterritoriais que se caracterizam como um sujeito político que tem suas lutas desvendando a fábula, trazendo à tona as contradições que compõem um processo global e mostrando-se como um produto destas e com potencial para se construir novas formas não só de globalização, mas também de construir apostas revolucionárias tendo como ponto de partida o espaço e o território.

As redes sociais online tornaram-se meios de efetivação da globalização através da possibilidade de levar informações, ou seja, denota-se que as redes sociais *online* vêm impingindo uma nova forma de circulação de informações, viabilizando mobilizações e se consolidando como um importante espaço de socialização política, além da emersão de sujeitos políticos coletivos em lugares em que estes não prostravam-se plenamente constituídos. Ou seja, a atualidade é marcada tanto pelo surgimento de novos movimentos, quanto também pela criação de novas formas de organização de ações e articulações, uso de redes sociais como ferramentas de circulação de informações, de mídia alternativa, realização de lutas e de resistência.

Dentre uma ampla diversidade de elementos, destacam-se na atualidade as mudanças nos espaços de socialização política como parte importante deste processo. Grzybowski (1991) destacando a leitura sobre a socialização política e Fernandes (1994), focando nos espaços ao estudar o MST, apontam sua importância na organização da luta dos movimentos camponeses. Contudo, a socialização política, sobretudo, para organização de lutas tem transbordado os espaços tidos como mais comuns, tais como acampamentos, manifestações e escolas de formação política e já não se restringem à materialidade, fazendo da internet um novo espaço para seu crescimento.

Além da incorporação da internet como novo e importante espaço de socialização política, ocorreu também uma importante mudança na forma de organização, com especial destaque para a presença nas redes sociais online. Em "*Capitão Swing*" de

Hobsbawm (1982), um dos principais pontos destacados na constituição do movimento das “cartas do *swing*” foi o processo de aproximação presencial entre os trabalhadores (leia-se também socialização política). Não diferente, Fernandes (2000) também aponta o trabalho de base presencial como um elemento comum nos movimentos. Contudo, hoje despontam, sobretudo, no meio urbano, novas formas de “trabalho de base” e para os movimentos tanto do campo quanto da cidade outras possibilidades de promover a conscientização e também um novo espaço passível de socialização política, ou seja, a internet e, especificamente, as redes sociais online como possível potencializador das estratégias e ações dos movimentos.

A circulação de informações que há décadas era organizada e divulgada através de reuniões, jornais, panfletos, cartas, ligações e contato presencial, agora passa a ser também realizada em tempo real e o local cria potencial para alcançar o global em algumas curtidas, twittadas, compartilhamentos, *posts*, etc. Podemos observar também em Gohn (2012) as mudanças nas formas de circulação de informações:

Nos séculos XVIII e XIX, na Europa, já se recorria às marchas para protestar, utilizando-se também da música e palavras de ordem, formas básicas de se comunicar, pois a maioria da população era analfabeta. Havia a figura dos “repetidores”, homens que ficavam em altos postes gritando palavras de ordem, repetindo o discurso das lideranças. No século XX, com a escrita e o acesso de muitos à escolarização, com os gramofones e alto-falantes, os “repetidores” foram substituídos por instrumentos de som e surgiram os jornais de categorias, boletins, cartilhas e imagens do cinema (antes mudo, depois os vídeos). As marchas tornaram-se mais barulhentas. Veio ainda o carro de som, o trio elétrico. Neste século, surgiram as mobilizações on-line, organizadas via blogs, twitter, facebook, monitores on-line, torpedos e mensagens de celulares. Também foram criados recursos para mapear não só o trajeto, mas também os principais pontos de repressão. (Gohn, 2012, p. 22).

Neste mesmo sentido, Tilly & Wood (2010) exemplificam a organização de manifestações em 2007 através de mensagens de celular tal como ocorreu em Xiamen na China e serviu para um processo de arregimentação de um amplo contingente em prol à não construção de uma usina que provocaria grandes impactos ambientais. Tendo em vista as últimas manifestações apontadas na figura 1 e as abordagens de Maricato et al. (2013) e Harvey et al. (2012), observa-se que o uso das redes sociais pelos movimentos tem a compressão do tempo e espaço expressa na possibilidade de interação em tempo real e na transescalaridade local-global. A instantaneidade veiculada pela associação de mídias locativas (Santaella, 2008) e redes sociais online permite tanto que um cidadão possa mudar seu caminho e participar de uma manifestação de modo presencial, quanto também possibilita a interação virtual de um sujeito que se encontra do outro lado do globo (Figura 2), fato que também constitui como uma forma de participação do amplo processo que compõe uma manifestação. As interações se diferenciam e um maior leque de possibilidades surge, sobretudo, devido à intensificação da circulação de informações, fato que também dinamiza a participação nas manifestações tornando-as um ponto atrativo:

De simpatizantes da causa, os sujeitos que atendem às chamadas para os atos de protesto poderão se tornar ativistas de um novo movimento social. A

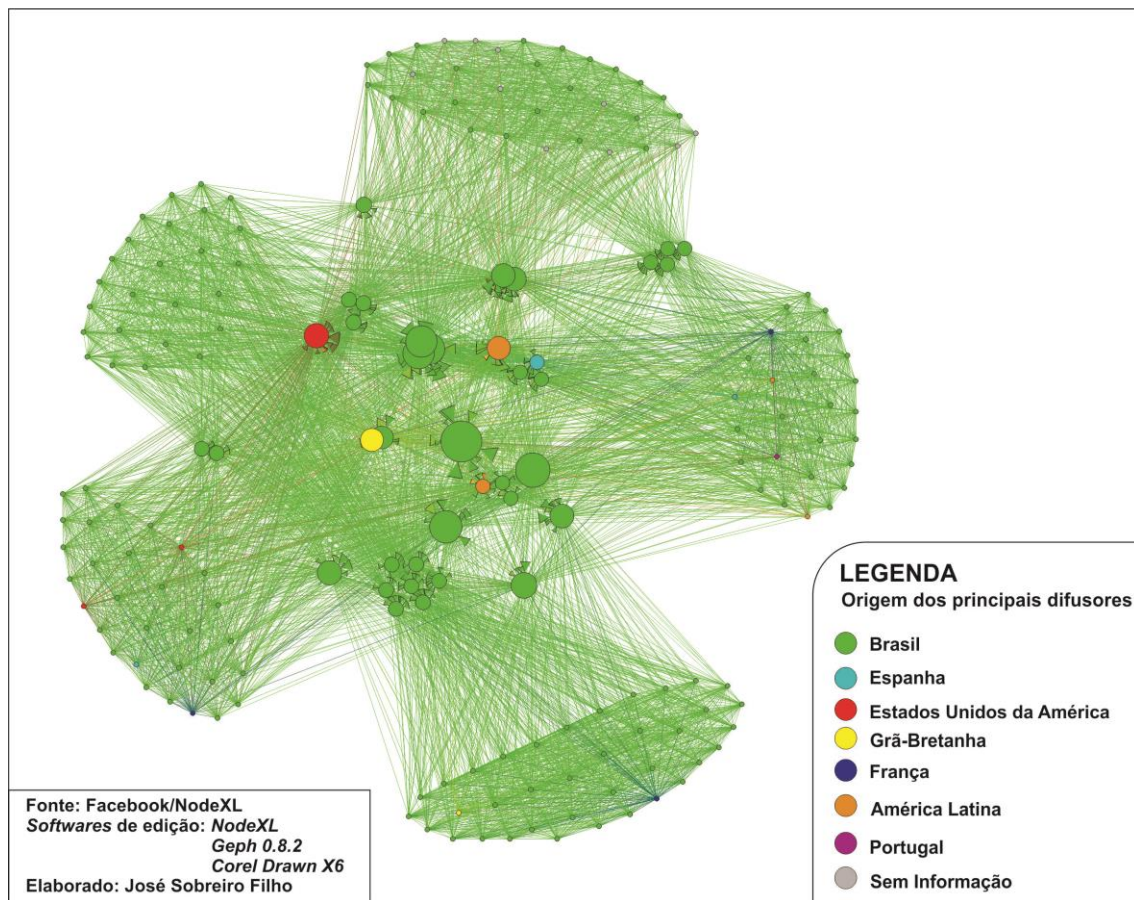
sensibilização inicial é uma causa, vista como um problema social, como a corrupção de políticos, a ganância de banqueiros, o preconceito contra gays etc. As manifestações e os atos são chamariz que poderá transformar-se em motivação prioritária na vida dos sujeitos mobilizados. E o movimento ganha novos ativistas. As pedagogias alternativas utilizadas também se recriam, se reinventam, porque a conjuntura sociopolítica, econômica, cultural, tecnológica é outra. (Gohn, 2012, p. 21).

Nas manifestações de Junho e Julho de 2013 o “movimento” Mídia NINJA ocupou importante papel na produção e transmissão de informações alternativas em tempo real para links online e em redes sociais como o Youtube, Facebook e Twitter. Através de conexões Wi-Fi e 3G transmitiam vídeos e notícias em tempo real geradas, principalmente, em *Smartphones* e que podiam ser acompanhadas em todo o globo.

Na transmissão imediata das informações, ou seja, sem descompasso no tempo-espço, cada participante da manifestação transmite a informação e assume protagonismo da mesma como ator, fotógrafo, cinegrafista, etc. de acordo com a sua postura político-ideológica e no ângulo escolhido. Através das mídias locativas e redes sociais, cria-se então a possibilidade de diminuir o hiato entre manifestante/militante e produtor de informações, ou seja, da a possibilidade de que um manifestante seja também um fotógrafo, cinegrafista, etc., sublevando sua produção de informações à rede mundial, ou seja, alteando o local ao global⁴. Assim, além do crescimento das redes online como importante espaço de socialização política, nos meses de junho e julho houveram claras mudanças nas formas organizar e articular as manifestações, realizar trabalhos de base e produzir e difundir informações.

⁴ É fundamental destacar que esse processo também contribuiu para a criação de vias de circulação de informações que não fossem a mídia cooperativa.

Figura 2. Rede do Movimento Passe Livre - São Paulo no Facebook - Curtidas do dia 20-06-13 baseado nos principais usuários



Fonte: Elaboração própria

A mobilidade, a simultaneidade e a velocidade de produção e circulação das informações, sobretudo em tempo real, possibilitaram uma nova dinâmica nas manifestações e nas lutas pelo espaço. Houve uma intensificação do uso das redes sociais online e, portanto, a elevação do ciberativismo, sobretudo, levada adiante pela camada jovem. Compreender este processo faz-se importante não somente por entendermos estes movimentos socioespaciais e socioterritoriais no campo e na cidade como sujeitos políticos produtores e transformadores do espaço e território em sua complexidade organizacional e posturas político-ideológicas, mas também pelo foco na centralidade que a conflitualidade ocupa nos constantes processos geográficos de produção e reorganização espacial, T-D-R, disputa territorial e demais ações e estratégias que envolvem a lógica metabólica socioespacial. Ou seja, no amplo quadro epistemológico onde estão dispostos também as categorias e os principais conceitos geográficos, a conflitualidade faz-se presente de maneira transversal e proporcionando a expressão de diferentes níveis de abstração.

No bojo deste processo, dentre muitas outras possibilidades e processos viabilizados ou atrelados à intensificação do uso de redes sociais online, destacamos que a ampliação da

difusão de informações e das áreas de intervenção territorial e mobilização, tal como aponta Alves:

...utilizam-se das redes sociais, como facebook e twitter, ampliando sua área de intervenção territorial e mobilização social. Produzem sinergias sociais em rede, tecendo estratégias de luta territorial num cenário de crise social ampliada. Há tempos o MST - Movimento dos Sem-Terra, no Brasil, e o Zapatismo, no México, utilizam estratégias de ocupação como tática de luta e visibilidade social. Eles nos ensinam que, hoje, a luta contra o capital global que desterritorializa é a luta pela territorialização ampliada, difusa e descentrada (todos esses novos movimentos sociais não têm um líder). (2012, p. 33).

MANIFESTAÇÕES DE JUNHO E JULHO NO BRASIL: O MPL–MOVIMENTO PASSE LIVRE DE SÃO PAULO NAS RUAS

As manifestações de Junho e Julho de 2013 no Brasil foram batizadas com muitos nomes. No início se escutava "A Revolta do Vinagre" e "Revolta da salada" devido à apreensão, efetuada pela PM - Polícia Militar do estado de São Paulo, do produto e às vezes dos manifestantes que se direcionavam para as manifestações e portavam o mesmo⁵. Mais tarde, devido à espacialização e ao crescimento das manifestações em demais municípios, cresceu a representatividade da expressão Primavera Brasileira. O crescimento das manifestações deveu-se à atuação do MPL -Movimento Passe Livre e, portanto, o mesmo tomou a frente e, conseqüentemente, ganhou o foco da imprensa. Assim, o sujeito principal foi definido e o nome dado às manifestações ou seu conjunto até o momento não houve consenso, sendo então utilizado pela maioria dos veículos de imprensa e de maneira indiscriminada uma ampla diversidade de nomes para o mesmo processo.

Deste modo, pensar as manifestações de Junho e Julho também é, sobretudo, analisar o MPL–Movimento Passe Livre. O MPL apresenta-se como um movimento cuja estrutura organizacional além de se caracterizar por não ter lideranças, baseia-se também na autonomia, horizontalidade, mas não no antipartidarismo. Contudo, constitui-se independente de diversas outras instituições:

O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc.

Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pelo Passe-Livre estudantil e pelas nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo Movimento devem conter o nome Movimento Passe Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações. (MPL, 2007).

⁵ O uso do vinagre tinha a função de diminuir os efeitos e bloqueios respiratórios causados pelas bombas de gás lacrimogêneo utilizadas pela Polícia Militar.

Destaca-se também seu reconhecimento como um movimento cuja principal bandeira é a retirada do transporte coletivo público das mãos da iniciativa privada, tal como aponta:

O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social brasileiro que luta por um transporte público de verdade, fora da iniciativa privada. Uma das principais bandeiras do movimento é a migração do sistema de transporte privado para um sistema público, garantindo o acesso universal através do passe livre para todas as camadas da população. Hoje, o MPL quer aprofundar o debate sobre o direito de ir e vir, sobre a mobilidade urbana nas grandes cidades e sobre um novo modelo de transporte para o Brasil. (MPL, 2013).

Sua base de ações está fundamentada em ações estratégicas voltadas para a transformação da sociedade, levada a frente majoritariamente por estudantes e cuja principal bandeira foca na melhoria da qualidade dos serviços voltados ao transporte coletivo nos centros urbanos, pois compreende-o como um direito da sociedade. Neste sentido, suas críticas são voltadas para o controle e monopolização pelo poder privado do transporte coletivo público e, como contrapartida, advoga a tomada/confisco do controle do transporte público pela via estatal. Apesar de ter sua base composta predominantemente por estudantes, o movimento tem em seus princípios o objetivo de abarcar estudantes e também uma ampla massa de trabalhadores.

O capitalismo é tido como elementos cujos limites que impõem aos consumidores do transporte público devem ser ultrapassados através da efetivação das reivindicações construídas coletivamente e somada, sobretudo, pelas articulações com os demais movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como parte de um projeto político mais amplo, referenciado nas idéias revolucionárias, mas que esteja diretamente relacionada às conjunturas locais.

Sua existência remonta às manifestações ocorridas em Salvador, Bahia, no ano de 2003. Segundo o próprio MPL (2013), foram destas manifestações que surgiram os princípios das idéias do MPL. Mais tarde, demais manifestações em outras localidades vieram a ocorrer tendo como ponto central a questão do transporte coletivo público. Contudo, somente no ano de 2005 em Porto Alegre - RS, no Fórum Social Mundial que ocorreu a Plenária de fundação do movimento. Com a fundação do movimento, passaram a ocorrer diversas manifestações em diferentes cidades do país. Contudo, somente no ano de 2013, nas manifestações de Junho e Julho, que o movimento ganhou maior expressão e emergiu, a princípio, como o principal sujeito das manifestações ocorridas no Brasil. No quadro 1, podemos observar a cronologia do movimento.

Quadro 1. Cronologia do Movimento Passe Livre

2003	Revolta do Buzu em Salvador (agosto-setembro)
2004	Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho) e aprova a lei do passe livre estudantil (26 de outubro); surge o Comitê do Passe Livre em São Paulo.
2005	Plenária de fundação do MPL-Brasil no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro); luta contra o aumento em São Paulo (Fevereiro); II Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho); mobilizações revogam o aumento em Vitória (junho).
2006	Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (junho); luta contra o aumento em São Paulo (novembro-dezembro)
2008	Grande luta contra o aumento no Distrito Federal (outubro)
2009	Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal (julho); ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo (novembro).
2010	Luta contra o aumento em São Paulo (janeiro).
2011	Luta contra o aumento em São Paulo e várias capitais (janeiro-março); mobilizações revogam aumento em Teresina (agosto).
2013	Lutas na região metropolitana de São Paulo conquistam revogação do aumento em Taboão da Serra (janeiro); mobilização derruba aumento em Porto Alegre (abril); Jornadas de Junho conquistam revogação do aumento em mais de cem cidades.

Fonte: Maricato *et al.*, 2013

Em termos político-organizacionais, o MPL tem seus princípios definidos na assembléia de fundação em 2005, baseados na independência, apartidarismo, horizontalidade e nas decisões por consenso (MPL, 2013). Apenas o federalismo foi agregado como um princípio no 3º Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (ENMPL) em 2006. Na atualidade, o movimento é constituído por sete coletivos, sendo eles: MPL – Distrito Federal; MPL–Floripa; MPL–Grande Vitória–ES; MPL–Guarapuava; MPL–Joinville; MPL–São Paulo; e o Movimento Tarifa Zero Goiânia. Segundo o próprio movimento, sua articulação nacional é realizada por meio dos GTNs - Grupos de Trabalho Nacional. Os grupos de trabalho são espaços utilizados para a organização e definição de diversas atividades, tais como: organização de ações conjuntas; elaboração e difusão de notícias, manifestos, declarações e do jornal nacional do movimento; e organização dos encontros nacionais. Com a finalidade de amplificar as ações do movimento e também criar suporte foram criados recentemente grupos de trabalhos de comunicação, organização e apoio jurídico (MPL, 2013). O princípio do federalismo está relacionado à condição que lhe permite alcançar o patamar de um movimento nacional. Assim, o movimento constitui-se por meio de um pacto federativo que mescla tanto a autonomia dos movimentos em nível local (cidades) quanto a instância nacional para assim caracterizar a condição de um movimento de frente única. Deste modo, sua organização nacional e relação com as instâncias locais constituem-se da seguinte maneira:

O MPL em nível federal é formado por representantes dos movimentos nas cidades, que constituem um Grupo de Trabalho (GT). O GT é formado por pelo menos 1 e no máximo 3 membros referendados pelas delegações presentes no Encontro. Os grupos locais de luta não presentes devem ter o aval dos movimentos que fizerem parte do GT. Deve-se garantir a rotatividade dentro do GT de acordo com as decisões do MPL local. (MPL, 2007).

Conforme apontado pelo movimento, a inserção de novos movimentos segue um processo de ingresso iniciado por meio do envio de uma “carta de adesão” contendo a apresentação do coletivo, o histórico de lutas na cidade e as perspectivas de atuação de acordo com a carta de princípios do MPL. O processo consequente é o debate com o coletivo já constituído e, analisado, a incorporação ao coletivo nacional. Além das vinculações relacionadas à própria estrutura organizacional do movimento, também relações com movimentos, centrais e demais organizações de outros países que estão envolvidos na luta pelo transporte público coletivo, sendo eles: *Free Bus* no Reino Unido; *Planka* na Suécia; *Free Public Transit* e o *Free Public Transports* que agregam movimentos de diversos países do mundo. Outro aspecto interessante do movimento é sua jornada de lutas. Assim como os demais movimentos, sobretudo os camponeses, o MPL também tem definido uma semana nacional de lutas:

A semana do dia 26 de outubro fica definida como Semana Nacional de Luta pelo Passe-Livre. Preferencialmente, as mobilizações devem ocorrer no dia 26 de outubro, e se possível no mesmo horário. Os MPLs locais devem ter autonomia para definir as atividades a serem realizadas. O GT deve procurar obter a programação de todas as cidades para divulgar por meios eletrônicos e outros. (MPL, 2007).

A primeira jornada da semana nacional de lutas do movimento ocorreu no ano de 2005 e foi marcada pela encenação de uma catraca em chamas, com o objetivo de simbolizar as manifestações ocorridas em 14 cidades. A escolha da data está relacionada à votação e aprovação do projeto de lei de iniciativa popular do passe livre em Florianópolis.

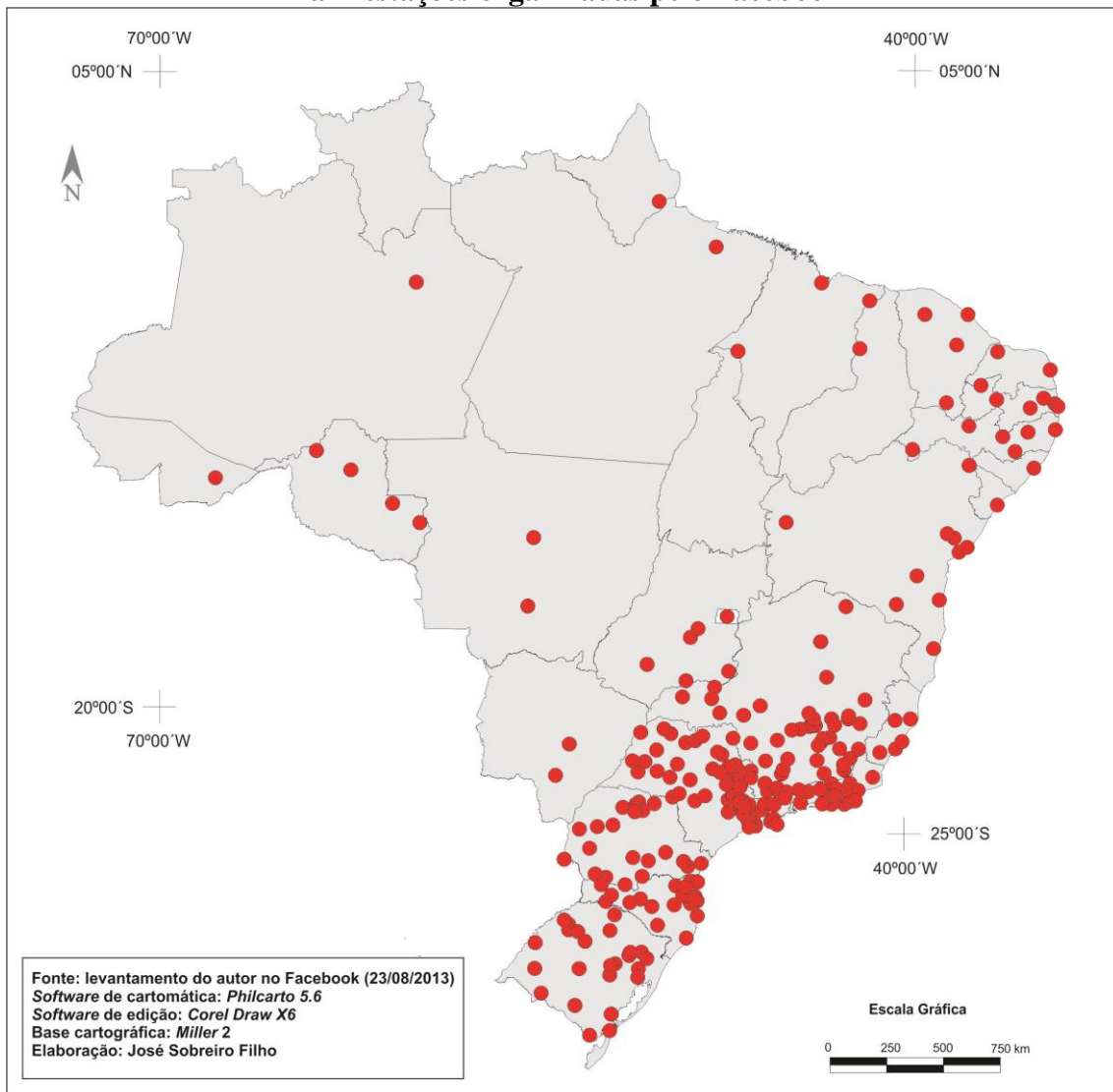
A questão midiática ocupa lugar de destaque nas discussões do movimento. O movimento destaca o uso de mídias alternativas e também destaca o cuidado com o contato com a mídia corporativa:

O MPL deve utilizar mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público. (MPL, 2007).

Em geral, as manifestações em 2013 iniciaram-se por conta do aumento tarifário em São Paulo de R\$ 0,20 em junho, passando de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Na evolução das manifestações foram trazidas à tona pelo movimento questões importantes a serem pensadas e reivindicações importantes tais como: discutir uma mobilidade urbana real para a população localizada nas periferias e, sobretudo, para os estudantes; debater e levar a população à participação e definição do IPK – Índice Passageiro por Quilômetros; priorizar o investimento no transporte público coletivo; demanda que o Estado invista e arque com os custos e que, de fato, escolha pela via do transporte coletivo para a resolução de questões de trânsito, pois pela via de investimentos em transporte público coletivo seria possível a redução dos onerosos custos gerados pelo transporte individual e que é pago pelo Estado; subsídio integral ao transporte público; estatização do transporte público coletivo; etc. Indubitavelmente, chamar a atenção para estas questões mais centrais compreendeu parcela importante dos objetivos que compreendem a própria lógica do MPL, ou seja, além de trazer a tona suas demandas e

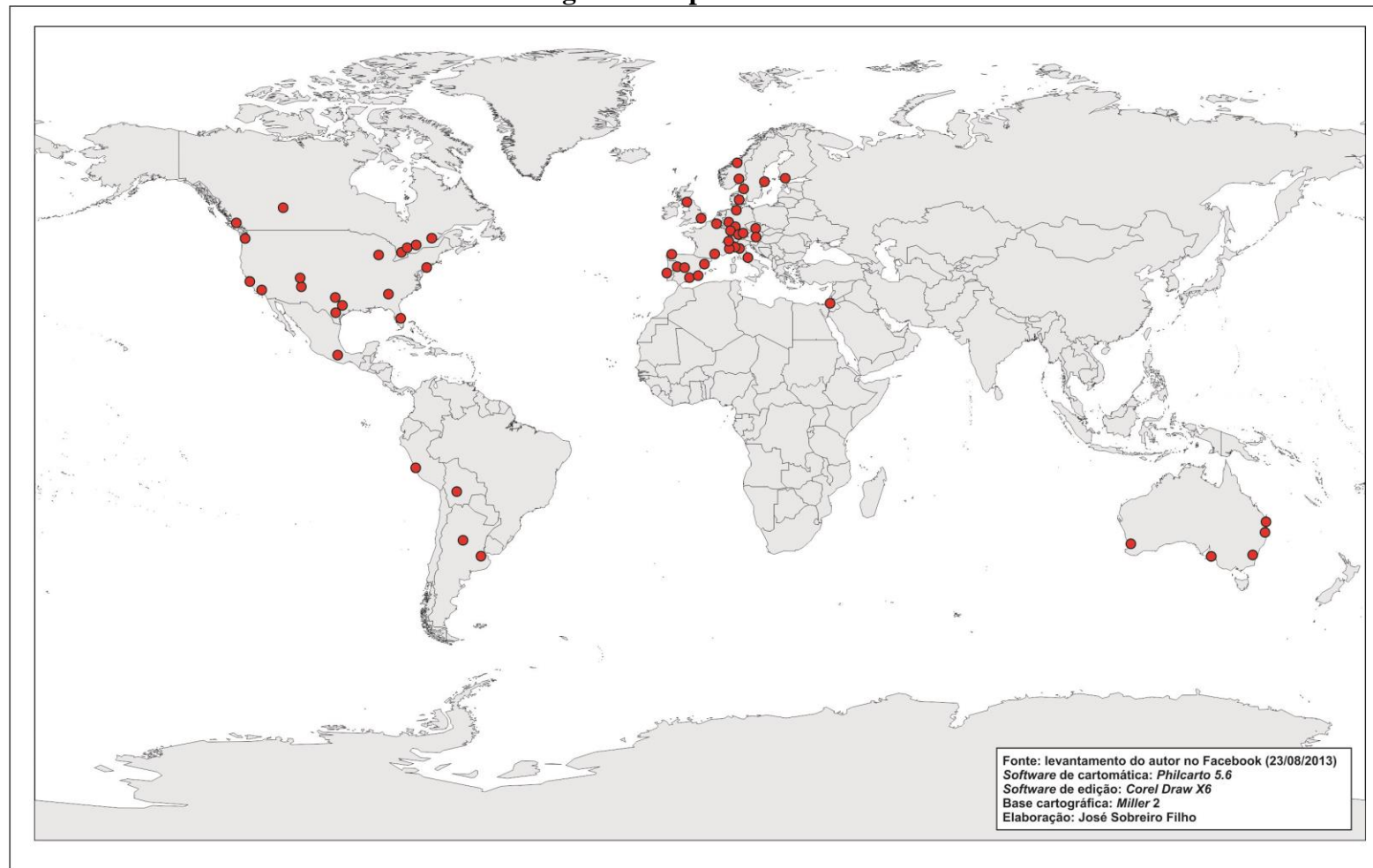
questões centrais, o movimento cumpriu importante papel, suscitando o debate político tanto nas causas mais específicas, como o aumento tarifário e a mobilidade urbana, mas também em questões mais amplas, como pensar e criticar a lógica vigente que tem regido a máquina estatal e as contradições criadas no espaço urbano e que se expressam também na condição do transporte. É fundamental destacar que o MPL impulsionou e serviu de exemplo para um conjunto de outras manifestações no Brasil (figura 3) pela mesma temática e no mundo (figura 4), realizadas por brasileiros, em solidariedade às manifestações nacionais.

Figura 3. Manifestações de Junho e Julho no Brasil – 2013 - Localidades com manifestações organizadas pelo Facebook



Fonte: Elaboração própria

Figura 4. Manifestações de Junho e Julho no Mundo – 2013 - Demais países com manifestações organizadas pelo Facebook



Fonte: Elaboração própria

Apesar das manifestações terem sido iniciadas e conduzidas, a maior parte, pelo movimento MPL, aos poucos foram se transformando e agregando diversos setores da sociedade e também muitos outros fatores. Assim, a população que inicialmente demonstrou sua indignação com o aumento das tarifas de transporte coletivo passou a destacar também outros pontos em que o país apresentava significativa deficiência sob o discurso dos “não são só 20 centavos”. Deste modo, a indignação das centenas de milhares de pessoas que saíram às ruas passaram a centrar principalmente em questões como: saúde, demandando mais hospitais e melhorias na infra-estrutura e mais médicos; Corrupção, destacando a alta incidência no cenário político do país; Educação, destacando os inúmeros problemas referentes à precarização do ensino público no Brasil; Moradia, relacionado especialmente para aqueles que não a detém, não conseguem crédito para tê-la, ou não consegue saldar suas dívidas; Meio ambiente, contra as questões ainda referentes ao código florestal; contra a PEC-37; Cura Gay, manifestando-se contra a idéia de que a homossexualidade fosse uma doença e de que, portanto, necessitasse cura e contra o Deputado Marco Feliciano, que foi tido como principal representante do projeto; etc. Além destes pontos, alguns fatos como a precarização das relações de trabalhos na educação básica e as muitas greves dos professores, a greve dos bombeiros no Rio de Janeiro, a desocupação de Pinheirinhos, os elevados investimentos para viabilizar a Copa do Mundo, etc. também foram lembrados e motivaram as pessoas à saírem às ruas.

Denota-se que estes elementos transbordam as demandas levantadas, organizadas e destacadas pelo MPL e que, portanto, foram apresentadas de maneira dispersa e direta pela população e não pelo movimento, visto que apesar de compor seu amplo quadro político não ocupou ponto central em suas reivindicações. Assim, aos poucos as manifestações foram passando a reivindicar diversos outros pontos e também começaram a surgir novos sujeitos de interesses nas manifestações. Neste contexto, a saída do MPL das manifestações marcou também a multiplicidade dos sujeitos que a compuseram. No dia 20 de junho, como uma estratégia para evitar a apropriação das manifestações pelos militantes e partidos de direita, o MPL anunciou publicamente a sua retirada das manifestações, ou seja, tendo em vista seus princípios e também a diversificação dos seguimentos nas manifestações associado ao crescimento na violência, o MPL em São Paulo optou por não convocar mais manifestações.

Realizando um balanço sobre as manifestações de junho e julho e a atuação do MPL, destacamos alguns pontos que compreendemos que expressam os principais pontos desta esfera conflituosa e também da diversidade de fatos e elementos que a compuseram, sendo eles:

- O MPL além de ter se tornado um importante sujeito político, também conseguiu trazer à tona a discussão sobre as tarifas e retomar o transporte público coletivo como pauta nacional. A revogação das tarifas em diversas cidades, algumas delas, como São Paulo e Porto Alegre, denotou também a possibilidade de lograr vitória por meio da luta e pressão dos movimentos socioespaciais organizados.

- A intensa repressão policial baseada em confrontos diretos e prisões arbitrárias⁶ que inicialmente era tida como um meio para frear o crescimento das manifestações, ecoou tanto nas mídias comuns como nas redes sociais, e veio a colaborar com a criação da solidariedade e indignação da população, ou seja, a repressão teve efeito contrário ao esperado, quanto maior foi a repressão também maior foi a presença nas manifestações e difusão das informações.
- Ocorreu um recuo parcial da mídia. Casos emblemáticos como o do apresentador José Luiz Datena que foi surpreendido pelo resultado inesperado de uma pesquisa realizada ao vivo sobre os protestos e se questionava “*Será que formulamos mal a pergunta?*” (Viana, 2013), e também a mudança do discurso do comentarista Arnaldo Jabour que, inicialmente, realizou uma crítica inflamada, associando as manifestações a ações do crime organizado, colocando os repressores nos papéis dos mocinhos, tratando como “uma imensa ignorância política, acusando que a causa do movimento é a ausência de causas, tentando direcionar as manifestações para a luta da PEC37 e encerrando sua primeira fala destacando a visão de que “*realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos.*”⁷. Contudo, no dia 17 de junho, Jabour, em uma rádio, reconhece que a luta do MPL era muito mais que 20 centavos e que parecia ser somente *anarquia e força gasta com bobagens*. Além da mídia televisiva, alguns jornais também passaram a destacar a legitimidade do movimento e a repressão, conforme apontado o Le Monde Diplomatique e o The New York Times, e inclusive contra os próprios jornalistas, visto que alguns foram feridos⁸.
- As redes sociais online se tornaram importantes espaços alternativos às redes corporativistas, sobretudo, para a difusão de informações referentes às manifestações e própria dinâmica das lutas e vitórias. O movimento denominado Mídia NINJA – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação - tornou-se um importante difusor nas redes sociais de informações (fotografias, vídeos e transmissões ao vivo) na internet (*Twitter, Facebook e Youtube*).
- Com a saída do MPL, as manifestações passaram a se tornar espaços ainda mais diversos, ocorrendo o fortalecimento de ideias e comportamentos antipartidários, vinculadas à direita política, nacionalistas/patriotas e até, por muitos consideradas como fascistas, etc. De modo claro, a saída estratégica do MPL para que suas manifestações não fossem apropriadas pela extrema-direita, desdobrou-se em uma guinada significativa e maior espaço de atuação para os veículos de imprensa, inclusive, contribuiriam no redirecionamento das manifestações, destacando temas que anteriormente não tinham sido propostos.

⁶ A postura da polícia nas manifestações contribuiu inclusive para fundamentar inúmeras críticas à própria corporação da PM – Polícia Militar.

⁷ Comentário realizado no Jornal Nacional no dia 13 de Junho de 2013.

⁸ A jornalista Giuliana Vallone do jornal A folha de São Paulo foi ferida enquanto cobria os protestos e seu caso ganhou reconhecimento nacional e internacional. (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295067-reporter-da-folha-ferida-no-olho-volta-a-enxergar.shtml>)

Por fim, concluímos que indubitavelmente o MPL teve papel decisivo nas manifestações. Em algumas localidades de maneira direta e em outras influenciando a formação de movimentos e a realização de manifestações locais. Contudo, sob o enfoque geográfico, compreendemos que sua maior contribuição foi promover a discussão sobre o acesso à cidade, ou seja, a apropriação e possibilidade de uso dos espaços públicos urbanos, através da reivindicação do transporte coletivo e da contestação da lógica segregadora vigente no transporte público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer e conhecer o processo de articulação dos movimentos socioterritoriais em redes e uso das redes sociais *online* pelos movimentos socioespaciais nos permitiu principalmente ampliar os horizontes sobre as possibilidades de uso das relações de interface, as perspectivas e atualidade dos movimentos tanto no cenário internacional quanto nacional e local. Além da compreensão destas duas formas de organização/articulação em redes e respectivos usos das mesmas, também identificamos as homogeneidades e heterogeneidades destes movimentos.

Tanto o processo de difusão de informações quanto a organização e materialização das manifestações tem se constituído como importantes partes da dinâmica atual dos movimentos por unirem o espaço material ao imaterial e, portanto, caracterizam-se como claros objetos de análise de uma geografia para além da materialidade. Remontar à leitura do processo que culminou nas diversas manifestações realizadas pelo mundo nos levou a identificar os desdobramentos materiais e imateriais causados pelos “balbucios” nas redes sociais e como estes compuseram parte importante de um processo acumulativo de indignação, que confluiu para a massificação das manifestações em diversos lugares do globo.

Ao analisarmos e compararmos as manifestações recentes com as realizadas pelo MPL notamos um expressivo crescimento do uso das redes sociais *online*, marcado inclusive com a criação de redes sociais independentes, e também como tanto a dinâmica nas redes sociais quanto a presença nas manifestações são elementos que se complementaram e que a primeira pode potencializar a segunda e, conseqüentemente, “o poder coletivo dos corpos no espaço público” (Harvey, 2012).

Espaços públicos como praças e ruas tornaram-se importantes lugares de materialização das manifestações dos movimentos socioespaciais, de diversos lugares do mundo, na reivindicação de questões como: democracia real; perspectiva de futuro para os jovens; melhores condições de trabalho; mobilidade urbana, acesso à cidade e transporte público; a hegemonia do capital financeiro em detrimento da população; etc. Denota-se que as redes sociais vêm impingindo uma nova forma de circulação de informações, viabilizando mobilizações e se consolidando como um importante espaço de socialização política. Ou seja, a atualidade é marcada tanto pelo surgimento de novos movimentos, quanto também pela criação de novas formas de organização de ações e articulações, uso de redes sociais como ferramentas de circulação de informações, de mídia alternativa, realização de lutas e de resistência. Por fim, compreendemos que este trabalho é o início de um longo caminho a ser trilhado na análise sobre redes, redes sociais *online* e movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois? In HARVEY, D. *et al. Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 31-82.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 698 p.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 243 p.

CASTELLS, M. *Redes de indignación y esperanza*. Madrid: Alianza Editorial, 2012. 296 p.

DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. L. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 260 p.

FELICIANO, C. A. *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2006. 208 p.

FERNANDES, B. M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra–MST 1979-1999*. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In: *Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Antônio Márcio Buainain (Editor). Campinas: Editora Unicamp, 2009. 344 p.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Observatório Social de América Latina*. vol. 16, 2005, p. 273-284.

FERNANDES, B. M. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST–Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo*. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In SAQUET, Aurélio Marcos e SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, B. M. Entrando no território dos Territórios. In PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 495 p.

GEORGE, Pierre. *Sociologia e Geografia*. São Paulo: Forense, 1969. 273 p.

GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 391 p.

- GOHN, M. G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 166 p.
- GOHN, M. G. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Editora Cortez, 2013. 128 p.
- GRANOVETTER, M. The strength os weak ties. *American Journal of Sociology*, vol. 78, Issue 6, 1973, p. 1360-1380.
- GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1991. 168 p.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. In MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27-34.
- HARVEY, D. *et al. Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012. 88 p.
- HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011. 240 p.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004. 208 p.
- HARVEY, D. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis... In HARVEY, D. *et al. Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 57-64.
- HOBBSAWM, E. J. E. *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. 382 p.
- KATZ, N., LAZER, D., ARROW, H. and CONTRACTOR, N. *Network Theory and Small Groups*. Small Group Research, USA, vol. 35, nº 3, 2004, p. 307-332.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. USA: Blackwell Publishing, 1991. 434 p.
- MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. 112 p.
- MARTIN, J. Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. *Caderno Prudentino de Geografia*, vol. 1, 2. 19, 1997, p. 26-40.
- MPL–São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13-82.
- PECHANSKI, J. A. O transporte público gratuito, uma utopia real. In MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 59-63.

- PECHANSKI, J. A. Os “Ocupas” e a desigualdade econômica. In HARVEY, D. *et al. Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 27-30.
- PEDON, N. R. *Movimentos socioterritoriais: Uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica*. 235 f. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.
- SANTAELLA, L. Mídias locativas: a internet móvel de lugares e coisas. *Revista FAMECOS*, nº 35, 2008, p. 95-101.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008. 392 p.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2001. 176 p.
- SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In SAQUET, Aurélio Marcos e SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.
- SOBREIRO FILHO, J. *O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses*. 546 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.
- SOBREIRO FILHO, J. O. *Os movimentos nas redes e em redes: das manifestações internacionais ao Movimento Prudente*. 99f. Monografia (Graduação)-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.
- TILLY, C. and WOOD, L. J. *Los movimientos sociales, 1768-2008*. Barcelona: Editorial Crítica, 2010. 368 p.
- VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 53-82.
- WALLERSTEIN, I. A esquerda mundial após 2011. In HARVEY, D. *et al. Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 73-67.
- WASSERMAN, S. and FAUST, K. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

RECURSOS ELETRÔNICOS

Carta de Principios - MPL, 2005. [<http://www.mpl.org.br/?q=node/2>].

MPL, 2013. [<http://www.mpl.org.br/?q=node/4>].

MPL, 2007. [<http://www.mpl.org.br/?q=node/1>].

© Copyright Filho José Sobreiro, 2015.

© Copyright *GeoGraphos*, 2015.



GIECRYAL
GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE
ESTUDIOS CRÍTICOS Y DE AMÉRICA LATINA